

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Constituição Federal, art. 7º, inciso XXVI
Consolidação das Leis do Trabalho
CLT Art. 611 ao art. 625

“AFCEEE - ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DAS COMPANHIAS E EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA DO RIO GRANDE DO SUL.”

Período de vigência: 01-04-2008 até 31-03-2009.

1 - CONVENIENTES

Categoria econômica:

“ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DAS COMPANHIAS E EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - AFCEEE”, ora Anuente, estabelecida na av. Ipiranga, 7931, bairro Ipiranga, em Porto Alegre, RS, telefones (51) 3315-1000 e 3382-4004 (fax), inscrita no MF/CNPJ sob o nº 92.828.953/0001-60, representada por seu Presidente, sr. Gilnei Heurich, brasileiro, casado, portador do CIC nº 239.625.180-53, residente e domiciliado nesta Capital.

Categoria profissional

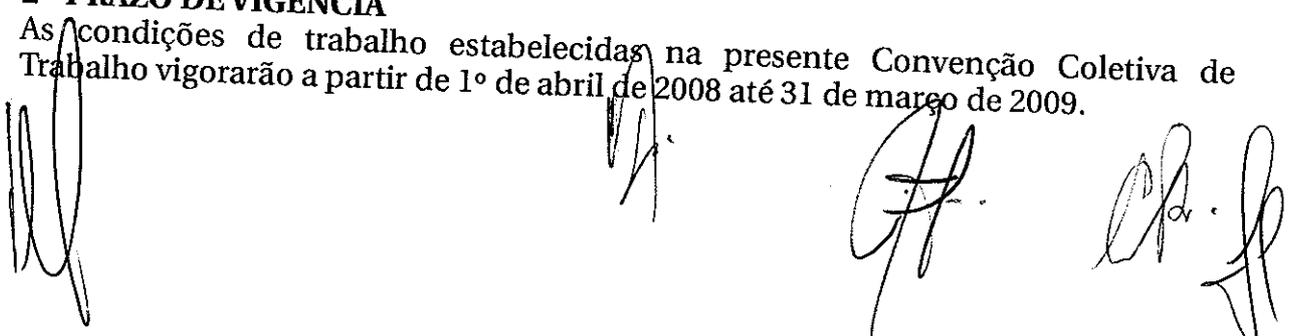
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SENALBA/RS, com sede na av. Dr. Carlos Barbosa, nº 608, Porto Alegre, (CEP 90880-000), RS telefones: (51) 223.74.91 e 223.78.59 (fax), inscrito no MF-CNPJ sob nº 92.965.664/0001-03; neste ato representado por seu Presidente, sr. Antonio Johann, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 11.327 e portador do CIC nº 078.119.500-49, residente e domiciliado nesta Capital. A Carta Sindical foi obtida em 03/1965, através do processo MTPS 116.516/65, Livro 44 - fl. 20.

Interveniente Anuente:

SINDICATO DAS ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRASO/RS, estabelecido na av. Ipiranga, nº 550, Porto Alegre (CEP 90160-090), RS, telefones: (51) 212.31.33 e 226-38488 (fax), inscrito no MF-CNPJ sob nº 93.013.670/0001-23; neste ato representado por seu Presidente, sr. Clyton Baptista Rupert, brasileiro, casado, portador do CIC sob nº 001.196.360-34, residente e domiciliado nesta Capital. A Carta Sindical foi obtida em 19/06/1973, através do processo MTPS nº 300.832/1972, no Livro nº 70, fls. 20.

2 - PRAZO DE VIGÊNCIA

As condições de trabalho estabelecidas na presente Convenção Coletiva de Trabalho vigorarão a partir de 1º de abril de 2008 até 31 de março de 2009.



3 - CONDIÇÕES DE TRABALHO AJUSTADAS

3.1 – JORNADA DE TRABALHO, FLEXIBILIZAÇÃO E REMUNERAÇÃO

A AFCEEE fica autorizada a prorrogar a duração normal da jornada de trabalho em mais 2h (duas horas) suplementares diárias, sem pagamento de acréscimo do adicional de horas extras, cujo excesso em um dia seja compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 1 (um) ano, à soma das jornadas semanais de trabalho, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10h (dez) horas diárias.

3.1.1 – O sistema de jornada acima estabelecido deverá estar disponível ao controle e fiscalização pelo respectivo empregado.

3.1.2 – Sendo a prestação laboral devida em atividade insalubre a presente prorrogação com compensação de jornada de trabalho dispensa a prévia verificação ou inspeção da autoridade competente em matéria de higiene e segurança do trabalho.

3.1.3 – É facultado a AFCEEE adotar o sistema da jornada de 12h (doze horas) de trabalho, com intervalo intrajornada de 1h (uma hora) para alimentação e repouso, o qual já estará nesta computado, por 36h (trinta e seis horas) de descanso, respeitado o limite de 44h (quarenta e quatro horas) semanais e o gozo do repouso semanal remunerado coincidente com um domingo por mês. Nesta hipótese não haverá incidência do pagamento do adicional de horas extras.

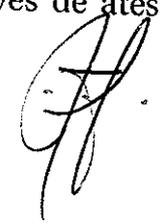
3.1.4 – Fica proibida a prorrogação da jornada de trabalho do empregado estudante que comprovando a sua situação escolar, manifestar, por escrito, o seu desinteresse na referida prorrogação.

3.1.5 – Na contratação de instrutores e empregados que residam no local de trabalho, os intervalos entre um horário de instrução e outro(s) poderão ser fixados com intervalos que atendam as necessidades de horário de cada grupo, não se considerando tais intervalos como períodos de tempo à disposição da AFCEEE.

3.1.6 – Havendo rescisão do contrato de trabalho por iniciativa da AFCEEE e, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma acima estabelecida, o trabalhador terá o direito de receber o pagamento das horas excedentes às 8h (oito horas) diárias não compensadas, acrescidas do adicional de horas extras de 50% (cinquenta por cento) devidos na data da rescisão do contrato de trabalho. No caso do trabalhador encontrar-se em débito com a jornada e pedir demissão, antes do fechamento do período, as horas não trabalhadas serão descontadas das verbas a que o empregado tiver direito na rescisão.

3.2 - EXAMES ESCOLARES

São consideradas faltas justificadas aquelas decorrentes de exames ou provas obrigatórias que coincidirem com o horário de trabalho do empregado, desde que realizadas em cursos oficiais ou oficializados, mediante prévio comunicado por escrito a AFCEEE, com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas) e, no prazo de 72h (setenta e duas horas), comprovadas através de atestado expedido pelo respectivo estabelecimento de ensino.



3.3 - COMPROVANTE SALARIAL

A AFCEEE fica obrigada a entregar para o empregado, no ato do pagamento de seu salário, envelope ou comprovante de pagamento salarial, contendo as parcelas salariais pagas, bem como os respectivos descontos e o valor a ser depositado no FGTS. O salário ajustado para pagamento mensal será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

3.4 - EMPREGADOS COM SALÁRIO MISTO

Os empregados que percebem o pagamento dos seus salários de forma mista, ou seja, salário fixo mais comissão ou ainda, salário sob comissão, assegurado o salário mínimo, terão:

3.4.1 - o pagamento do repouso semanal remunerado calculado sobre o total das comissões auferidas no mês, dividido pelos dias efetivamente trabalhados e, o resultado, multiplicado pelos domingos e feriados existentes no mês;

3.4.2 - o pagamento das férias, 13º Salário (Gratificação de Natal), aviso prévio e demais parcelas rescisórias, será efetuado com base na média das comissões pagas nos últimos 6 (seis) meses, garantida a atualização monetária das parcelas que servirão de base de cálculo, somando-se o salário fixo do mês correspondente;

3.4.3 - anotação na CTPS do empregado do percentual devido pelas comissões ajustadas.

3.5 - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS EMPREGADOS

Fica a AFCEEE autorizada a descontar de seus empregados, em folha de pagamento e/ou na rescisão do contrato de trabalho, os valores relativos a empréstimos e/ou adiantamentos, assistência médica-odontológica através de empresas especializadas, mensalidades sociais dos associados dos SENALBAs, telefonemas particulares, mensalidades sociais da Associação dos Empregados, compras realizadas através desta mediante convênio, desde que tais descontos sejam autorizados por escrito pelo empregado. A qualquer tempo o empregado poderá, por escrito, tornar sem efeito esta autorização, ressalvados os débitos já contraídos.

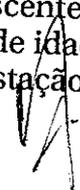
3.6.- Se caso a AFCEEE que não tiver condições temporárias de suportar os encargos decorrentes das relações de trabalho existentes, poderá requerer ao SECRASO/RS, mediante comprovação do seu estado financeiro, a redução da jornada de trabalho dos seus empregados com proporcional redução salarial, o que será ajustado com o SENALBA/RS através de "Convenção Coletiva de Trabalho" específica.

3.7.- CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Se a AFCEEE tiver interesse na contratação de trabalho por prazo determinado na forma das disposições legais da Lei nº 9.601, de 21/01/98 e do Decreto nº 2.490, de 04/02/98, deverá encaminhar pedido ao SECRASO/RS, instruído com a documentação exigida no respectivo Decreto, para negociação com o SENALBA/RS a fim de ser ajustada "Convenção Coletiva de Trabalho".

3.8 - PROGRAMA DE PRIMEIRO EMPREGO PROTEGIDO.

No caso da AFCEEE manter programa próprio ou conveniados com vistas à orientação e formação profissional de adolescentes a partir de 14 (catorze) anos de idade completos e até aos 18 (dezoito) anos de idade, poderão ser contratados para a prestação laboral, recebendo em contraprestação o pagamento do salário mínimo



vigente, o qual será reajustado, automaticamente, sempre que o Governo Federal majorá-lo. Os empregados admitidos neste programa ficam excluídos das majorações (reajustamentos ou aumentos) determinados para os demais empregados da categoria profissional.

3.9 - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS EM SERVIÇOS INADIÁVEIS

Ocorrendo necessidade imperiosa, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, a jornada laboral excedente a 10h (dez horas) será remunerada com o adicional de 100% (cem por cento) sobre o salário-hora do respectivo empregado.

3.10 - ADICIONAL NOTURNO – BASE DE CÁLCULO

Será pago um adicional de 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional, àqueles que fazem jus quando exercerem atividades enquadradas na legislação pertinente.

3.11- QUEBRA DE CAIXA

O empregado que exercer única e exclusivamente o cargo ou função de caixa, receberá o pagamento, mensalmente, à título de quebra de caixa, na quantia equivalente a 10% (dez por cento) sobre o respectivo salário básico. Fica ressalvado o direito do empregado que já receber este adicional em percentual ou valor superior ao ora ajustado.

3.12 - SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO

O empregado que substituir um colega de trabalho por prazo igual ou superior a 20 (vinte) dias, terá o direito de receber o pagamento de salário básico igual aquele percebido pelo empregado substituído, no período de substituição, excluídas as vantagens de natureza pessoal deste.

3.13 - CARGO EM COMISSÃO E FUNÇÃO GRATIFICADA

O empregado que exercer cargo em comissão ou função gratificada por 5 (cinco) anos ininterruptos, ou por 10 (dez) anos intercalados, na mesma entidade empregadora, caso deixar de exercê-la, terá o valor desta comissão ou gratificação incorporado ao seu salário básico. No readquirir outra função comissionada ou gratificada, a nova comissão ou gratificação será compensada com o valor da comissão ou gratificação já incorporada ao seu salário básico.

3.13.1.- Esta vantagem fica extinta para os empregados que vierem a exercer cargo em comissão ou função gratificada após 1º de abril de 2007.

3.14 - INDENIZAÇÃO ADICIONAL

O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data de sua correção salarial (1º de abril), terá direito de receber o pagamento de indenização adicional equivalente a 1 (um) salário mensal.

3.15 - SALÁRIO ANTERIOR AS FÉRIAS

O empregado que gozar férias, mesmo que em período igual ou superior a 20 (vinte) dias, receberá, juntamente com o pagamento das férias, o salário dos dias anteriormente trabalhados.



3.16 - GESTANTE

A empregada gestante tem assegurada a estabilidade provisória no emprego desde a confirmação da gravidez e até 5 (cinco) meses após o parto.

3.16.1.- EXAME DE GRAVIDEZ

A AFCEEE fica autorizada, no ato da demissão, mediante autorização expressa da empregada demitida, a realização de exame de gravidez junto com o exame demissional,

3.17 - APOSENTADORIA

O empregado que contar mais de 1 (um) ano no emprego e que comunicar a AFCEEE, por escrito, que falta 1 (um) ano para implementar a sua aposentadoria por tempo de serviço, por idade ou especial, não poderá ser demitido, salvo se cometer falta grave, a qual será suscetível de apreciação judicial. Perderá este direito o empregado que comunicar sua intenção e não concretizá-la no prazo estipulado.

3.18.- ATESTADOS MÉDICOS / ODONTOLÓGICOS

Os atestados médicos e odontológicos emitidos pela área médica/odontológica dos SENALBAS, bem como aqueles emitidos por profissionais de empresas médicas que mantém convênio com a AFCEEE, serão considerados válidos para justificar a ausência ao trabalho.

3.19- FALTAS JUSTIFICADAS (não descontáveis)

São consideradas faltas justificadas e não sujeitas a desconto aquelas abaixo relacionadas, mediante comunicado ao empregador, e devidamente comprovadas no prazo de 72h (setenta e duas horas).

MOTIVO

MOTIVO	Nº de dias
Falecimento de cônjuge, pais, filhos e irmãos	= 2 dias corridos
Casamento	= 3 dias corridos
Nascimento de filho – para o pai	= 5 dias corridos
Levar filho (até 6 anos) ao médico	= 1 dia /semestre
Doação de sangue (uma vez ao ano)	= 1 dia
Alistamento militar e eleitoral	= 1 dia
Falecimento de familiares (avós e sogros)	= 1 dia
Doença	= atestado médico
Acidente do Trabalho (Guia CAT)	= atestado médico
Comparecimento em Juízo (em geral)	= comprovação
Vestibular e exames escolares	= dias de prova

3.20 - CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Os empregados poderão realizar cursos de aperfeiçoamento e formação, sem prejuízo salarial, visando o aprimoramento do trabalho que executam no emprego, desde que dispensado para tanto pela AFCEEE. O fato de o empregador dispensar o empregado durante turno laboral e o curso se estender além deste, não importará em qualquer obrigação para o empregador.



3.21 - UNIFORME

No caso da AFCEEE exigir o uso de uniforme no trabalho deverá fornecê-lo gratuitamente para o empregado.

3.22 - CRECHE

Contando a AFCEEE com 30 (trinta) ou mais mulheres no trabalho, adotará o sistema de reembolso-creche, cobrindo integralmente as despesas efetuadas com o pagamento de creche de livre escolha da empregada mãe, pelo menos até 06 (seis) meses de idade da criança. Esta indenização será efetuada mediante a comprovação de matrícula, valores devidos e frequência na creche. Fica excluído a AFCEEE que mantenha convênio com creche próxima do local de trabalho ou que possua creche própria.

3.23 - 13º SALÁRIO NO AUXÍLIO-DOENÇA

A AFCEEE pagará o 13º Salário (Gratificação de Natal) do respectivo exercício pelo período em que o empregado estiver em benefício de auxílio-doença até o limite máximo de 180 (cento e oitenta) dias, inclusive.

3.24 - REFEIÇÕES

A AFCEEE fornecerá aos empregados com jornada semanal de 44 h (quarenta e quatro horas), mensalmente, a quantia de 22 (vinte e dois) vales-alimentação ou vales-refeição subvencionado, no valor unitário de **R\$ 11,00** (onze reais).

3.24.1 - Fica expressamente ajustado que a opção da AFCEEE fornecer vale-refeição ou vale-alimentação subvencionado, desde que, inscrito no "Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)", o é como forma de incentivo do empregador para que propicie melhores condições de alimentação e saúde a seus empregados, de sorte que, em qualquer hipótese, o valor da refeição, subsidiada pela AFCEEE, não será considerada salário para nenhum efeito, pelo que não poderá ser integralizado no salário.

3.25 - PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS

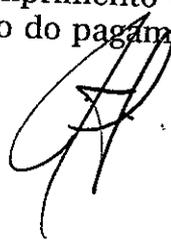
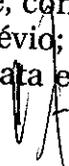
A revisão e/ou modificação de planos de cargos e salários, terá a participação dos empregados através de 1 (um) delegado eleito especialmente para tal fim em assembléia geral promovida pelo SENALBA/RS.

3.26 - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES ANTERIORES

Todas as condições de trabalho estabelecidas em Atos Normativos anteriores e que não tenham sido reproduzidas, são ratificadas e mantidas, sendo vedado a AFCEEE extinguir ou reduzir vantagens que vêm concedendo aos seus empregados, com exceção da percepção da quantia equivalente a 1% (um por cento) do salário-básico do empregado que vier a completar 1 (um) ano de serviço no emprego.;

3.27 - CARTA AVISO DA RESCISÃO CONTRATUAL

Sempre que a rescisão do contrato de trabalho for de iniciativa da AFCEEE, este fica obrigado a entregar para o empregado, mediante recibo, aviso prévio comunicando: 1 - a rescisão do contrato de trabalho se, por justa causa, o (s) motivo (s), sob pena desta, em qualquer hipótese, converter-se em despedida imotivada; 2 - dispensa do cumprimento do aviso prévio; 3 - cumprimento do aviso prévio e horário do seu cumprimento; 4 - local, data e horário do pagamento das parcelas



rescisórias; 5 - entrega da CTPS para atualização, contra recibo. No caso do empregado recusar-se a dar recibo à AFCEEE na segunda via do aviso prévio ou não comparecer na entidade, o fato será atestado por 2 (duas) testemunhas ou, não comparecer no sindicato profissional para assinar a rescisão contratual, o fato deverá ser atestado pelo Sindicato Profissional para elidir qualquer pena.

3.28 - PAGAMENTO DA RESCISÃO CONTRATUAL

O pagamento dos salários e demais verbas devidas pela rescisão do contrato de trabalho será efetuado até o 1º (primeiro) dia útil imediato ao término do contrato (no caso do aviso prévio trabalhado), ou, até o 10º (décimo) dia, contado do dia seguinte ao aviso prévio da demissão, quando da ausência deste, indenização do mesmo ou dispensa do seu cumprimento, sob pena da AFCEEE responder por multa equivalente a 1 (um) dia de salário do empregado, multiplicado pelos dias vencidos até a data do efetivo pagamento destas obrigações, salvo se o pagamento não se realizar por culpa do próprio empregado. Erro de cálculo da rescisão não caracteriza inadimplência. A presente multa será compensada com aquela estabelecida no parágrafo 8º do art. 477 da CLT, de tal sorte que passará a incidir somente após o 31º (trigésimo primeiro) dia do vencimento da obrigação inadimplida. No ato do pagamento das verbas rescisórias, a AFCEEE deverá entregar, para ter direito a assistência sindical, os seguintes documentos: 1 - Apresentação da carta-aviso (aviso prévio). 2 - Recibo de quitação padronizado oficialmente em 5 (cinco) vias; 3 - Ficha ou Livro de Registro de Empregados devidamente atualizados; 4 - Guias de Recolhimentos (GR) do FGTS com os respectivos depósitos nos últimos 3 (três) meses, bem como a comprovação do depósito de 40% (quarenta por cento) devida pela rescisão; 5 - Relação de Empregados (RE) e o extrato do FGTS atualizado; 6 - CTPS do empregado devidamente atualizada; 7 - seguro-desemprego - CD; 8 - exame médico demissional na forma do inciso 7.1, da NR-7 - Exame Médico, com a redação dada pela Portaria n.º SSMT 12, de 06.06.83 (Portaria n.º 3214 de 08.06.78) e 9 - Apresentação do comprovante de pagamento da Contribuição Sindical e da Contribuição Assistencial do empregado para o SENALBA/RS e da AFCEEE para o SECRASO/RS. Observação: No caso do empregado receber remuneração variável (horas extras, adicional noturno, comissões, etc.), o empregador deverá elaborar no verso do recibo de quitação demonstrativo destas parcelas nos últimos 6 (seis) meses para demonstrar o cálculo das integrações feitas no salário do empregado.

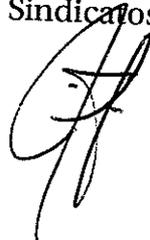
3.29 - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA E SALÁRIOS

No ato do pagamento das verbas rescisórias a AFCEEE deverá entregar para o empregado, quando por ele expressamente solicitado com antecedência de 24h (vinte e quatro horas), a relação de seus salários relativos ao período de até 36 (trinta e seis) meses trabalhados, para fins da seguridade social.

3.30 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL- SECRASO/RS e SENALBA/RS

A AFCEEE recolherá, às suas próprias expensas, as quantias equivalentes a 1/30 (um trinta avos) sobre os salários constantes na folha de pagamento referente ao mês de abril/2008, tanto para o SECRASO/RS quanto para o SENALBA/RS.

3.30.1.- A AFCEEE recolherá as contribuições assistenciais ajustadas na cláusula anterior, em guias próprias fornecidas pelos respectivos Sindicatos, até o dia 15 (quinze) de junho de 2008.



3.31 - DIRETORES DO SENALBA/RS

Serão dispensados da assinatura ou registro de frequência ao trabalho os diretores do SENALBA/RS quando se afastarem para atender obrigações inerentes ao exercício do mandato sindical, sem prejuízo do salário ou do tempo de serviço, mediante comprovação no prazo de 48h (quarenta e oito horas) após o retorno ao trabalho.

3.32 - DELEGADO SINDICAL

Os associados do SENALBA/RS, contando a AFCEEE com 30 (trinta) ou mais empregados, elegerão dentre si, em processo realizado pelo SENALBA/RS, 1 (um) delegado sindical, o qual terá mandato de 1 (um) ano a contar da sua eleição e posse, e estabilidade provisória no emprego por mais 1 (um) ano após o término do mandato, desde que comunicado por escrito pelo SENALBA/RS à AFCEEE, no prazo de 7 (sete) dias úteis após a eleição e posse.

3.33 - ELEIÇÕES NA CIPA

a AFCEEE deverá comunicar ao SENALBA/RS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a data da realização das eleições para a administração da "Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA", para que o SENALBA/RS motive os seus associados a dela participarem.

3.34 - RAIS

A AFCEEE deverá fornecer ao SENALBA/RS e ao SECRASO/RS, cópia da "RAIS - Relação Anual de Informações Sociais", até 30 (trinta) dias após o prazo legal de entrega deste documento, para fins de controle e estudo das categorias que os respectivos Sindicatos representam.

3.35 - REAJUSTAMENTO SALARIAL

A AFCEEE concederá a partir do mês de abril de 2008, reajuste salarial a seus empregados que a ela estiverem vinculados em tal data, no percentual de **4,80%** (quatro virgula oitenta por cento) incidentes sobre os salários nominais vigentes no mês de março de 2008.

3.36 - PROIBIÇÃO DE COMPENSAÇÕES

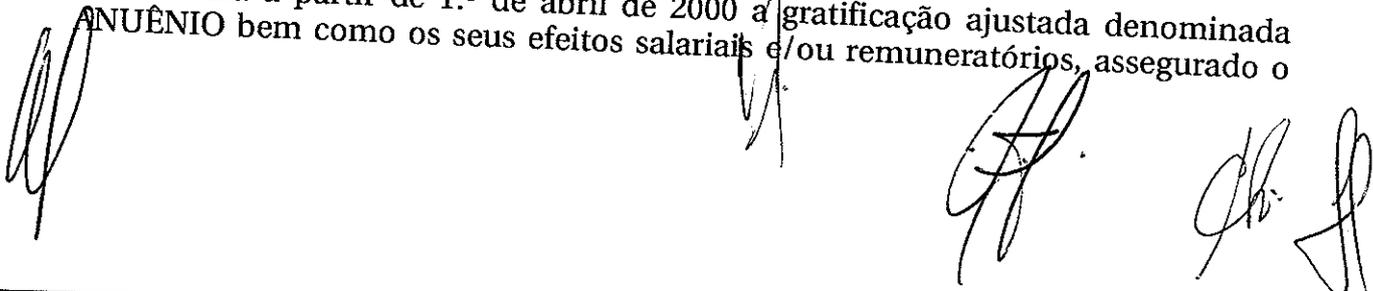
Não será admitido como aumento espontâneo ou coercitivo as majorações salariais decorrentes de término de aprendizagem, promoção por antigüidade ou merecimento, transferência de cargo ou função, estabelecimento ou de localidade, bem assim de equiparação salarial determinada por sentença judicial transitada em julgado.

3.37 - PISO SALARIAL

Fica estabelecido, a partir de 1º de abril de 2008, o **PISO SALARIAL de R\$ 450,00** (quatrocentos e cinquenta reais) para 220h (duzentas e vinte horas) mensais ou 44h (quarenta e quatro horas) semanais de trabalho, não podendo nenhum empregado da AFCEEE receber salário inferior pela prestação laboral indicada.

3.38 - EXTINÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE ANUÊNIO

Fica extinta a partir de 1.º de abril de 2000 a gratificação ajustada denominada ANUÊNIO bem como os seus efeitos salariais e/ou remuneratórios, assegurado o



direito já adquirido, cujo valor será incorporado no salário nominal do respectivo empregado.

3.39 - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Para os empregados admitidos até 31 de março de 2003, a AFCEEE pagará, a partir de 01 de abril de 1980, adicional de tempo de serviço no emprego, em quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do salário-básico do empregado que, a partir de 01 de abril de 1975, completar ou vier a completar 5 (cinco) anos de serviço no emprego e, assim sucessivamente, a cada 5 (cinco) anos de serviços para o mesmo empregador, limitado o montante no máximo de 35% (trinta e cinco por cento) de incidência. Ficam ressalvados os direitos dos empregados que já percebem adicional de tempo de serviço mais vantajoso do que o ora ajustado.

4 - PRORROGAÇÃO E REVISÃO

4.1 - Durante os últimos 90 (noventa) dias de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a AFCEEE se obriga a formular proposta para o SENALBA/RS, com as bases da prorrogação, denúncia ou revogação total ou parcial da presente Convenção.

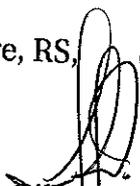
4.2 - As negociações previstas no item anterior deverão ultimar-se até a data de 15.03.2009, inclusive na fase administrativa perante a Delegacia Regional do Trabalho.

4.3 - Se até a data acima indicada as negociações não estiverem concluídas com a assinatura de novo Acordo Coletivo de Trabalho, o empregador cumprirá a Convenção Coletiva de Trabalho que as partes ajustarem para a categoria profissional em geral, vigente a partir de 1.º de abril de 2009.

5 - DIREITOS E DEVERES

Além das cláusulas constantes da presente Convenção Coletiva de Trabalho, os demais direitos e deveres individuais e ou coletivos das partes Convenientes e representadas, são aqueles regidos pela Constituição Federal, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e legislação complementar.

Porto Alegre, RS, de março de 2008.

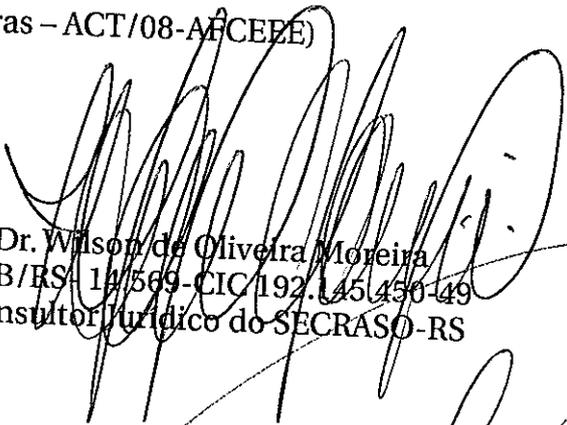


Gineil Heurich
Presidente da AFCEEE
cic nº 239.625.190-53
Anuente

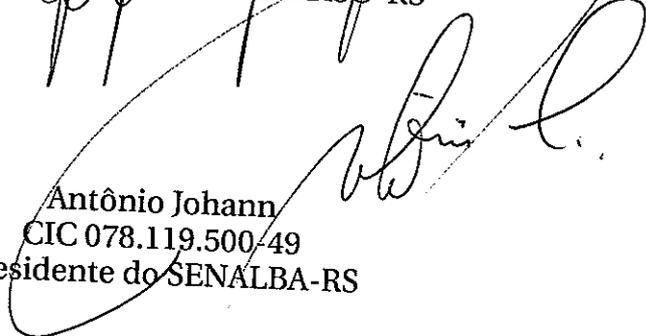


Clytton Baptista Ruperti
CIC 001.196.360-34
Presidente do SECRASO-RS

... continuação... (assinaturas - ACT/08-AFCEEE)



Dr. Wilson de Oliveira Moreira
OAB/RS 14.569 - CIC 192.145.450-49
Consultor Jurídico do SECRASO-RS



Antônio Johann
CIC 078.119.500-49
Presidente do SENALBA-RS



Tarcísio Battú Wichrowski
OAB/RS - 5773 - CIC 010.948.900-49
Consultor Jurídico do SENALBA-RS



AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**REQUERIMENTO DE REGISTRO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO****Nº DA SOLICITAÇÃO: MR003711/2008**

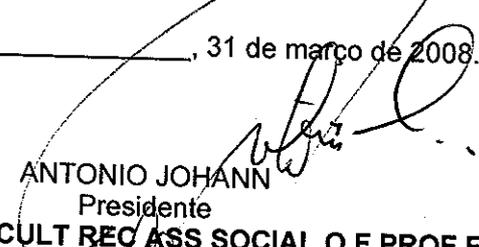
SINDICATO EMP ENT CULT REC ASS SOCIAL O F PROF EST RGS, CNPJ n. **92.965.664/0001-03**, localizado (a) à Avenida Doutor Carlos Barbosa - lado par, 608, 088000, Azenha, Porto Alegre/RS, CEP 90.880-000, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO JOHANN, CPF n. 078.119.500-49, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 23/01/2008 no município de Porto Alegre/RS;

E

ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DAS COMPANHIAS E EMPRESAS DE ENERGIA ELETRICA DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 92.828.953/0001-60, localizado (a) à Avenida Ipiranga - de 6701 ao fim - lado ímpar, 7931, Jardim Carvalho, Porto Alegre/RS, CEP 91.530-001, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). GILNEI HEURICH, CPF n. 239.625.180-53;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 06, de 2007, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO transmitido ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR003711/2008, na data de 31/03/2008, às 11:23:46.

_____, 31 de março de 2008.



ANTONIO JOHANN
Presidente

SINDICATO EMP ENT CULT REC ASS SOCIAL O F PROF EST RGS



GILNEI HEURICH
Presidente

ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DAS COMPANHIAS E EMPRESAS DE ENERGIA ELETRICA DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO DO TRABALHO
DRT/RS - NUDPRO
02 ABR 2008

SENAPRO
MINISTÉRIO DO TRABALHO
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO
46218.004721/2008-18

S
E
R
P
R
O